

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/11/2014 a 30/11/2014**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Assistência técnica é aliada da produção agroecológica e orgânica.</b> Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/11/2014.....	4
<b>Governo Federal investe no fortalecimento da produção extrativista.</b> Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2014.....	5
<b>MMA apresenta experiências brasileiras em conferência mundial.</b> Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/11/2014 .....	6
<b>Plantar árvores na propriedade rural preserva e rende lucro</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/11/2014.....	7
<b>Mato Grosso do Sul é referência nacional na expansão florestal, afirma vice-presidente da FAMASUL</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/11/2014.....	8
<b>Parceria permitirá a inscrição de 55 milhões de hectares no Cadastro Ambiental Rural</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2014 .....	9
<b>“Temos consciência de que, se desmatarmos, não teremos mais terra para cultivar nossas plantações”</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 13/11/2014.....	10
<b>CAR viabiliza doação ambiental coletiva.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/11/2014 .....	11
<b>Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão discute estratégias para o desenvolvimento sustentável</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/11/2014 .....	12
<b>Mais de 14 mil mudas serão plantadas na Amazônia</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/11/2014 .....	12
<b>Ministra destaca importância do Bolsa Verde para conservação ambiental</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 20/11/2014.....	13
<b>Incra/MA promove capacitação sobre o Cadastro Ambiental Rural</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2014 .....	14
<b>Código Florestal: defesa do direito à terra ou privatização dos bens comuns?</b> – Site do MST. 24/11/2014.....	15
<b>Soja sairá da lista de vetores do desmatamento.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/11/2014 .....	17
<b>"Somos Zumbi", dizem quilombolas do Marajó contra o agronegócio</b> – Site do MST. 25/11/2014.....	19
<b>Ambientalistas realçam melhorias na moratória.</b> Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 26/11/2014 .....	22
<b>Desmatamento cai 18% na Amazônia.</b> Lucas Tolentino e Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 26/11/2014 .....	23

<b>Brasil propõe diferenciar países no combate ao efeito estufa.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/11/2014 .....	24
<b>Moratória da soja não impede aumento desmatamento na Amazônia.</b> Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Economia. 28/11/2014 .....	25
<b>Pecuária, soja e mineração são os grandes vilões da Amazônia, diz estudo</b> – Site do MST. 28/11/2014.....	26
<b>É o sistema econômico que deve mudar, não o clima</b> – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 29/11/2014 .....	27

## **Assistência técnica é aliada da produção agroecológica e orgânica. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/11/2014**

Até 2015, cerca de 120 mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária receberão, em suas propriedades, profissionais que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com foco na produção agroecológica e orgânica. A iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, prevista no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, tem como objetivo agregar inovação tecnológica e estimular a adoção de boas práticas no campo à produtividade e a renda da família.

De acordo com o engenheiro agrônomo e extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), no Rio Grande do Sul, André Müller, a ação envia técnicos para as propriedades rurais com o objetivo de orientá-los sobre planejamento e modernização de processos direcionados à agroecologia e à transição para este sistema. “O primeiro passo é apresentar, para o produtor, os benefícios da produção agroecológica. Depois, analisar se a cultura tem boa adaptação ao tipo de solo, verificar se a divisa com os vizinhos é segura e avaliar se a comunidade e a propriedade contam com recursos que podem ser mais bem aproveitados.”

Com o diagnóstico em mãos, os técnicos fazem visitas frequentes às propriedades familiares, com o objetivo de capacitar os agricultores. “Nossa função é ajudar os trabalhadores rurais a começar ou a diversificar o tipo de produção de forma segura. Durante todo o processo, existe uma troca de experiência e conhecimento entre o agricultor e o profissional. Isso é importante para que não exista uma dependência e para que o beneficiário possa ser multiplicador das instruções recebidas”, observa André.

A agricultora familiar Marcia Inês Ferrari, 46 anos, atribui os êxitos alcançados em 11 anos de produção agroecológica à Assistência Técnica e Extensão Rural. Foi com o auxílio de profissionais extensionistas que ela transformou a pequena horta da família em fonte de renda e de saúde. “Sem a ajuda dos técnicos, eu não saberia nem por onde começar. Além de avaliar o solo e nos orientar sobre o modo correto de cultivar os produtos, eles nos ajudaram a articular formas de comercializá-los – seja em mercados, feiras ou por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).”

### *Crédito aliado à capacitação*

O coordenador de Crédito da Agricultura Familiar no MDA, Mauri Andrade, salienta, entretanto, que existem duas formas do agricultor familiar ser atendido pela Ater. “O produtor pode ser incluído em chamadas públicas, realizadas pelo Governo Federal. Nessa modalidade, os beneficiários recebem orientações sobre agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista local, do cultivo até a comercialização, sem necessariamente contratar crédito”, explica.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também conta com linhas de crédito para produção agroecológica em que o acompanhamento de profissionais extensionistas é obrigatória como no Pronaf Agroecologia e Produtivo Orientado.

A primeira linha, de investimento, possibilita crédito para sistemas de produção de base agroecológica e orgânica, com taxa de juros diferenciada de 1%, limite de R\$150 mil, além de Ater obrigatória.

Já no Pronaf Produtivo Orientado a assistência técnica é obrigatória e remunerada nos três primeiros anos do projeto de investimento. A linha financia o pagamento dos serviços de Ater mediante a apresentação de projeto técnico e dos laudos de acompanhamento das unidades familiares. “Nesse caso, o agente de crédito vai indicar, ao agricultor familiar, as empresas capacitadas para prestar o serviço e incluir o valor da remuneração do extensionista no crédito concedido. Os agricultores, nesse caso, terão um bônus de adimplência, de R\$3,3 mil, que pode ser elevado para R\$ 4,5 mil quando o crédito for destinado a financiamentos de empreendimentos nos municípios da região Norte”, finaliza Mauri.

---

**Governo Federal investe no fortalecimento da produção extrativista. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2014**

Mais extrativistas de todo o Brasil poderão contar com a Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Isso porque o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassou à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável por operacionalizar a ação, R\$ 350 mil para ampliar atividades de capacitação, levantamento de preços e, ainda, incluir novos produtos no programa.

O repasse tem o objetivo de fortalecer a política, que é importante para a promoção da sustentabilidade ambiental. “A PGPM-Bio é um instrumento que permite a valorização dos recursos florestais, além de contribuir para a conservação, preservação e uso sustentável da floresta. Ela também é uma ação que garante renda nas comunidades extrativistas”, salienta o coordenador de Comercialização do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Igor Teixeira.

Atualmente, 15 produtos da sociobiodiversidade recebem o bônus, entre eles o baru, o açaí, o pequi e o pinhão. Caso os produtores vendam por um valor inferior ao preço mínimo estipulado, a Conab paga a diferença na forma de subvenção. O coordenador explica que a medida reduz os riscos da atividade. “Para que esse extrativista não tenha prejuízos, ele é beneficiado com o recurso de subvenção, que é a diferença entre o valor em nota fiscal recebido pela venda do produto e o preço mínimo estabelecido”.

*Painéis*

Para ampliar a política, até o fim de 2014, serão realizadas sete oficinas nos estados do Pará, Amazonas, Santa Catarina, Paraíba, Bahia, Maranhão e Ceará. Os encontros serão para debater os desafios para ampliação da política e esclarecer o funcionamento da PGPM-Bio para os extrativistas de andiroba, cacau, açaí, pinhão, mangaba, umbu, babaçu e pequi.

Podem participar da iniciativa, os extrativistas individuais ou organizados em associações e cooperativas. Para isso, é necessária a apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que identifica o agricultor familiar; o Cadastro de Pessoa

Física (CPF), além da inscrição na PGPM-Bio que pode ser feita em uma das Superintendências Regionais da Conab, localizadas nas capitais brasileiras.

De 2009 a junho de 2014, a Política de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) teve 52.219 acessos, com a execução de pouco mais de R\$ 17,5 milhões. Compõem ainda o Comitê Gestor da PGPM-Bio os ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Meio Ambiente.

---

### **MMA apresenta experiências brasileiras em conferência mundial. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/11/2014**

*A Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) acontecerá no Japão*

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi convidado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a apresentar projetos de educação ambiental na Conferência Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

O encontro ocorre em Nagoya, Japão, de 10 a 12 de novembro. A conferência encerra a Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e vai destacar conquistas e discutir a continuidade das iniciativas.

A Unesco escolheu cinco projetos de educação desenvolvidos em cada continente para serem expostos durante o evento. No caso da América Latina e Caribe, foram escolhidas iniciativas do México, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana e Brasil. Da parte brasileira, serão expostas ações de educação ambiental desenvolvidas durante a vigência do Projeto de Cooperação Técnica entre o MMA e a Unesco, de 2000 a 2010.

#### **DESTAQUES**

Os programas "Coletivos Educadores" e "Município Educador Sustentável" serão expostos na entrada do plenário principal da Conferência. “Apresentaremos cartazes e folhetos que ilustram e explicam como se desenvolveram essas atividades, mais intensamente até 2008, seguindo ainda hoje com Coletivos em funcionamento em diferentes localidades do país”, afirma o diretor de Educação Ambiental do MMA, Nilo Diniz. Ele representará o MMA e integrará a delegação brasileira, que também terá representantes do Ministério da Educação (MEC) e da sociedade civil.

O programa Coletivo Educadores tem o objetivo de estruturar uma rede de educadores ambientais populares a trabalharem todo o Brasil, incentivando e apoiando as ações desses educadores de modo permanente e contínuo.

Já o programa Município Educador Sustentável visa apoiar a construção de municípios com foco na sustentabilidade, levando à formação de cidadãos que busquem soluções a questões sociais e ambientais locais através de processos educacionais.

#### **INICIATIVAS**

O diretor Nilo Diniz explica que outras ações do MMA em parceria com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC também serão pautadas na exposição em

Nagoya. Uma delas é a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada em 2013, que debateu o Programa Nacional Escolas Sustentáveis, em interface com o programa “Município Educador Sustentável”. Neste momento, está sendo realizada uma avaliação dos 10 anos das conferências infantojuvenis com o objetivo de aprimoramento e fortalecimento das conferências.

Outra iniciativa são as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA), que da mesma forma que os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, cumprem função importante nas mobilizações de jovens no Brasil. A publicação "Encontros e Caminhos: Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores", lançada recentemente juntamente com a Itaipu Binacional, também disponibiliza artigos conceituais a serem utilizados em processos formativos locais de educação ambiental.

Outras ações que serão apresentadas na exposição: Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF); plataforma EducaRes de Educação e Comunicação na Gestão de Resíduos Sólidos; projeto Sala Verde; Circuito Tela Verde; Programa Nacional de Capacitação (PNC); Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas e os nove cursos a distância e semipresencial, desenvolvidos em 2014.

---

### **Plantar árvores na propriedade rural preserva e rende lucro – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/11/2014**

“Devido às exigências do novo Código Florestal, o mercado de produção de mudas e sementes cresceu consideravelmente e, com isso, os produtores rurais sentiram a necessidade de mais informações sobre o plantio de árvores nativas, seja para conservação ambiental da propriedade ou para complementação da renda. É nesse cenário que o SENAR atua, levando qualificação aos instrutores e técnicos da área com a capacitação tecnológica Silvicultura Sustentável”, afirma Patrícia Fontes Machado, coordenadora da Área de Projetos e Programas Especiais do SENAR. “Depois desses treinamentos os instrutores estarão aptos a capacitar nossos produtores rurais com conhecimentos atualizados do setor”, acrescenta.

Esta semana, a entidade encerra a capacitação em Silvicultura Sustentável voltada ao Bioma Cerrado com a presença de instrutores de Goiás. O curso é realizado em parceria com a Embrapa Cerrados por meio do Projeto Biomas, desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Embrapa, com foco no uso sustentável da árvore na propriedade rural. “Na próxima semana concluiremos o último módulo da capacitação no Bioma Mata Atlântica, com a participação de instrutores do Espírito Santo, Paraná e Pernambuco. A previsão é que o curso aconteça também no Bioma Amazônia em 2015. É importante destacar que os cursos estão sendo gravados e serão disponibilizados no portal de educação a distância do SENAR. Nossa expectativa é que esses dois primeiros cursos estejam disponíveis na internet em fevereiro de 2015”, explica Patrícia.

Para o coordenador Regional do Projeto Biomas no Cerrado, Felipe Ribeiro, esse último módulo foi a “cereja do bolo” da capacitação. “Tudo que apresentamos aqui sobre a coleta de sementes e a produção de mudas, tema desse módulo, é o que o produtor precisa para entender as condições ideais de como utilizar as espécies nativas na



propriedade. Com essas informações, ele vai poder plantar de forma sustentável, protegendo o meio ambiente e obtendo lucro. No Cerrado, por exemplo, já temos informação de casos de sucesso de produtores que conseguiram aumentar os lucros plantando espécies frutíferas e produzindo sorvetes. Acredito que foi esse o resumo desse módulo: conseguimos exemplos de como o produtor está conseguindo fazer uso das espécies de forma sustentável.”

#### *Entenda o Projeto Biomas*

O projeto Biomas, fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma iniciativa inédita no Brasil e tem como objetivo identificar formas sustentáveis para viabilizar a propriedade rural brasileira considerando o componente arbóreo em seus sistemas propostos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto e John Deere.

---

#### **Mato Grosso do Sul é referência nacional na expansão florestal, afirma vice-presidente da FAMASUL – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 13/11/2014**

Com 700 mil hectares de florestas plantadas e duas das maiores indústrias de papel e celulose do mundo em operação, Mato Grosso do Sul é referência nacional na expansão florestal. A afirmação foi feita pelo vice-presidente do Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Nilton Pickler, durante a abertura do Seminário “Biomassa e madeira nobre: Novas Oportunidades de Negócios”, realizada nesta quinta-feira (13), na sede da Federação.

Segundo Pickler, o segmento se destaca cada vez mais graças ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da área. "Durante o evento, os produtores e profissionais do setor conhecerão atividades que vão além do eucalipto, árvore mais utilizada no Estado pelos sistemas de integração com a agricultura e pecuária. Aqui, os participantes receberão mais informações sobre bambu, mognos, entre outros tipos de plantio".

O seminário faz parte do programa Mais Floresta, desenvolvido pelo SENAR/MS - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e ocorre nos dias 13 e 14 de novembro. O objetivo é apresentar perspectivas e oportunidades da cadeia produtiva da madeira e consolidar o potencial regional para atividades ligadas à silvicultura no Mato Grosso do Sul.

A primeira palestra da programação foi proferida pelo responsável comercial da Atlântica Agro, empresa que trabalha na produção de mogno africano, André Luiz Martins da Silva, com o tema 'O mogno africano no Brasil – Colheita, corte, beneficiamento e mercados nacional e internacional'. Segundo o especialista, o Brasil é o país mais cotado pelos investidores internacionais na comercialização de madeiras. "Dentro deste contexto, o mogno é considerado uma opção sustentável de investimento".

Martins ressalta que o mogno africano possui um potencial de demanda no mercado de madeiras nobres devido a sua densidade e versatilidade comercial. "A madeira apresenta



uniformidade, qualidade e garantia de fornecimento, tem segurança de duração, sem falar que é considerada um sinônimo de beleza", destaca.

O mogno africano, segundo o palestrante, é também uma alternativa para o reflorestamento. "A árvore não tem um ciclo muito longo, chegando ao ápice no máximo aos 20 anos. Tem também uma baixa susceptibilidade a pragas e doenças, tem alta capacidade de adaptação e pode ser associada às lavouras".

Custo de produção e lucratividade - Para o consultor em projetos sustentáveis, Leandro Silveira Pereira, o cultivo de mogno africano pode render até 25 vezes mais em relação ao investimento inicial. Para entrar na atividade o produtor gastará, em média, R\$ 140 por metro cúbico, enquanto que na venda poderá obter cerca de R\$ 3,5 mil por metro cúbico, um rendimento de 2.400%.

A segunda etapa do seminário do Programa Mais Floresta (14) é um dia de campo, com apresentação de máquinas, equipamentos e produtos para o plantio de eucalipto e mogno e processos de plantio, na sede da Embrapa Gado de Corte.

---

### **Parceria permitirá a inscrição de 55 milhões de hectares no Cadastro Ambiental Rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2014**

Até maio de 2015, o Governo Federal fará a inscrição de 55 milhões de hectares distribuídos em 7,5 mil assentamentos da reforma agrária e 160 territórios quilombolas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A ação é possível graças à parceria firmada entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA/MG). A formalização ocorreu nesta quinta-feira (13), em Brasília. Dessa forma, o Instituto cumpre o calendário estipulado pelo Novo Código Florestal que estabelece o prazo de um ano, a partir de 5 de maio de 2014, para que todos os imóveis do País se inscrevam no CAR.

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto, o presidente do Incra, Carlos Guedes, e o reitor da UFLA, José Roberto Soares Scolforo, formalizaram o acordo que envolve recursos de R\$ 3,9 milhões da autarquia. "Será um instrumento operacional fundamental para viabilizar segurança ambiental para todos os envolvidos", considerou o ministro.

O presidente do Incra disse que o acordo, além de reforçar o compromisso do órgão com a questão ambiental, visa garantir as condições de qualidade de vida adequada para as famílias alcançadas pela ação. "Essa parceria garante em primeiro lugar, segurança para as comunidades rurais que vivem nos assentamentos da reforma agrária e nos territórios quilombolas. Em segundo lugar, tratamos essa atividade como uma das maiores ambições do Incra, que é mostrar para a sociedade que a reforma agrária cumpre a função social da terra", destacou Guedes.

#### *Importância*

A expansão do Cadastro Ambiental Rural é fundamental para o monitoramento, controle e combate ao desmatamento e para a promoção da regularização ambiental nas áreas degradadas. Além disso, o CAR possibilita uma mudança no processo de concessão de crédito rural a partir da base de informações à disposição do sistema

financeiro. Ou seja, o assentado que não cumprir com as obrigações de recuperação ambiental, por exemplo, poderá ficar impedido de acessar crédito oficial.

A Universidade Federal de Lavras é a instituição que apresenta conhecimento, tecnologia e infraestrutura necessários para a execução do termo, que tem vigência até 31 de dezembro de 2015. Considerada a segunda melhor universidade pública do País, com base em avaliação feita pelo Ministério da Educação (MEC), a UFLA vem desenvolvendo, com governos nos âmbitos municipal, estadual e federal, atividades e ações em programas voltados ao desenvolvimento de políticas públicas, em especial na área ambiental.

“Essa parceria com o Incra vai nos dar um diagnóstico do Brasil que ainda não existe. Vai ser um diagnóstico muito completo e que vai permitir, em um ano, a confecção de um grande plano estratégico de desenvolvimento”, destacou o reitor Scolforo.

### *Trabalho*

O trabalho desenvolvido pelo Incra em parceria com a UFLA a para inscrição dos assentamentos e comunidades quilombolas no CAR ocorrerá sob regime especial e de forma simplificada, por meio do registro do perímetro das áreas. A previsão consta na Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) nº 2/2014, publicada em 6 de maio.

A regra especial ocorre em função do enquadramento dos assentamentos da reforma agrária e territórios quilombolas como imóveis da agricultura familiar. Desta forma, é garantida isonomia no tratamento aos assentados, povos e comunidades tradicionais, principalmente quanto ao conceito de área consolidada de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente (APP).

### *Registro público*

Instituído pelo Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), o CAR é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural obrigatório para todas as propriedades e posses rurais no território nacional. Fundamental para o monitoramento, o controle e o combate ao desmatamento, o cadastro contém informações sobre o perímetro dos imóveis, áreas de uso restrito e consolidadas, além das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e/ou de Reserva Legal.

A inscrição no CAR garante os beneficiários da reforma agrária e moradores de comunidades quilombolas a possibilidade de regularizar as APPs e a Reserva Legal, além de acesso, por exemplo, a programas de financiamento públicos e privados.

O documento deve ser atualizado cada vez que houver alteração em relação à propriedade ou posse do imóvel, assim como qualquer mudança de Reserva Legal.

---

**“Temos consciência de que, se desmatarmos, não teremos mais terra para cultivar nossas plantações” – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 13/11/2014**

*Beneficiária do Bolsa Família e do Bolsa Verde, Luceildes Maciel planta mandioca, milho, arroz e banana em áreas de capoeira no interior do Acre*

Brasília, 13 – Para chegar até a comunidade onde a ribeirinha Luceildes Fernandes Maciel, 38 anos, vive com a família, são quatro horas de barco a motor, partindo do município de Mâncio Lima (AC). Mãe de quatro filhos, ela planta, junto com o marido, milho, mandioca, arroz e banana. O rio Moa dá o peixe.

A família é beneficiária do Bolsa Família e do Bolsa Verde, programa do Plano Brasil Sem Miséria que incentiva a conservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida de quem vive da floresta. Luceildes recebe R\$ 300 a cada três meses e planta apenas em áreas de capoeira, distantes duas horas a pé de sua casa.

"Temos consciência de que, se desmatarmos, não teremos mais terra para cultivar nossas plantações." Questionada se um dia ela pensa em sair da beira do rio Moa, ela diz: "Nem pensar. Sou feliz aqui. Tenho tudo."

Antes de entrar para o Bolsa Família, a família vivia apenas da agricultura. "Tínhamos o alimento, mas precisávamos ir até a cidade tentar vender nossa farinha de mandioca", conta ela. "A produção era pra comprar o que faltava. Agora, podemos fazer compras na cidade sem preocupação."

Aos poucos, a ribeirinha melhorou sua casa de madeira. São três quartos, todos com cama. Na sala, não faltam sofá e televisão; na cozinha, fogão, geladeira e freezer. Luceildes conta que, com os benefícios, consegue ajudar as duas filhas casadas. "Consegui comprar o enxoval dos meus dois netos graças ao dinheiro do Bolsa Família."

---

#### **CAR viabiliza doação ambiental coletiva. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/11/2014**

Um grupo de seis sojicultores de Luís Eduardo Magalhães (BA) negocia acordo inédito de compensação ambiental coletiva dentro de uma área de preservação federal. Com déficit de Reserva Legal - o percentual de mata nativa que deve ser mantido na propriedade rural -, eles comprarão uma fazenda de cinco mil hectares, localizada no Parque Nacional Grande Sertão Veredas, para depois doá-la ao Instituto Chico Mendes, administrador do parque. Com isso, quitarão legalmente sua dívida ambiental.

Todos ganham com o acordo. O dono da fazenda, que há dez anos tentava regularizar sua propriedade, será indenizado pelos sojicultores e poderá deixar a área de conservação. Os produtores baianos, porque regularizam sua situação, e o governo, que não terá que desapropriar.

O primeiro caso de doação coletiva está sendo possível graças ao Código Florestal, que instituiu o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e trouxe clareza ao processo de regularização. "Se esse projeto der certo, a coisa deslança.

Muito agricultor vai compensar porque a ideia é interessante", diz Marcelino Kuhnen, diretor do sindicato rural do município.

---

## **Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão discute estratégias para o desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/11/2014**

As ações de extensão realizadas nas instituições públicas de Goiás serão o foco de Mesa Redonda: Extensão em Territórios como estratégia para o desenvolvimento sustentável e cidadania. O tema será debatido no 36º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX). O evento será realizado nesta terça-feira (18), no Centro Cultural da Universidade Federal de Goiás.

A diretora do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Deter/SDTMDA), Márcia Quadrado, participa da Mesa. De acordo com ela, “após o plano de expansão do ensino superior, estas instituições estão presentes em 218 territórios de um conjunto de 239, estando, portanto, em cerca de 91% dos territórios rurais, apoiados pela política de desenvolvimento territorial”, observa ao salientar que, desde 2013, a SDT vem implantando, em parceria com as instituições superiores, os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) que têm papel fundamental para a atuação dos Colegiados Territoriais.

O encontro conta com a presença do Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Glaucius Oliva e da presidente do FORPROEX, Regina Lúcia Monteiro Henriques, entre outros.

---

## **Mais de 14 mil mudas serão plantadas na Amazônia – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/11/2014**

Desde setembro de 2014, a movimentação de bastidores na coordenação regional do Bioma Amazônia é intensa. Afinal, aproxima-se a segunda fase dos plantios previstos nos 22 subprojetos de pesquisa atualmente em andamento, o que exige máxima atenção para fazer com que os cronogramas dos pesquisadores sejam cumpridos.

As mudas das espécies florestais a serem plantadas vêm sendo preparadas desde o início de ano. Já os insumos necessários foram adquiridos em outubro e serão entregues ainda esta semana na casa de apoio da área experimental do Bioma Amazônia, na Fazenda Cristalina, em São Domingos do Araguaia, sudeste do Pará.

“Finalizamos a construção de uma estrutura para recepção e rustificação das mudas com capacidade para 20 mil plantas, dentre árvores e fruteiras; com isso, visamos o correto acondicionamento das mudas e uma melhor estrutura de sua distribuição entre os subprojetos no momento dos plantios”, afirma Alexandre MehlLunz, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e coordenador regional do Bioma Amazônia.

### *Adubação verde*

Ações alternativas de preparo de solo para alguns plantios foram feitas já neste mês de novembro. Os pesquisadores Alexandre Uhlmann (Embrapa Florestas) e Débora Aragão (Embrapa Amazônia Oriental), respectivamente, líderes dos subprojetos AM21

e AM02 (vide a aba “Atividades” do Bioma Amazônia), avaliaram o desenvolvimento de plantios em faixas de feijão guandu, no intuito de definir as melhores datas para incorporação desta leguminosa fixadora de nitrogênio antes do plantio das culturas subsequentes, a serem feitos em janeiro de 2015. Além disso, ambos tiveram a oportunidade de definir estratégias quanto ao uso de maquinários agrícolas no preparo de suas respectivas áreas visando o plantio que se aproxima.

#### *Fruteiras*

Muito trabalho também é esperado no subprojeto AM22, liderado pelo pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Rafael Alves, que estabelecerá um pólo de produção de fruteiras na área experimental. Segundo o pesquisador, que também esteve na área em novembro, o componente arbóreo comum a todos os arranjos previstos é o taperebazeiro, que será intercalado em quatro blocos com abacaxi, mamão, maracujá e banana. Muitas das mudas necessárias já estão sendo tratadas e cultivadas na própria fazenda pela equipe de colaboradores de campo liderada pelo técnico do Bioma Amazônia, Afonso Tiago, e a infraestrutura para a irrigação deste e de outros subprojetos que contemplam fruteiras em seus sistemas, como um poço e instalações elétricas que viabilizem o funcionamento de uma bomba para extração de água, estão sendo providenciados paralelamente às ações mais técnicas dos projetos.

#### *Sobre o Bioma Amazônia*

A segunda fase de plantios do Bioma Amazônia, dando sequência à fase de dezembro de 2013 a março de 2014, está planejada de dezembro de 2014 a fevereiro de 2015. Está previsto o plantio de cerca de 14 mil mudas de 32 espécies, dentre novos plantios a alguns replantios, sem contar as fruteiras previstas que, por demandarem menor espaçamento nos sistemas propostos, totalizarão um número de mais que o dobro do número de árvores. Esse quantitativo de árvores e fruteiras será distribuído entre 14 dos 22 subprojetos de pesquisa atualmente em andamento em Amazônia, sendo os oito restantes subprojetos de diagnóstico que não preveem plantios ou subprojetos que já tiveram suas árvores plantadas na primeira fase.

#### *Sobre o Projeto Biomas*

O projeto Biomas, fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é uma iniciativa inédita no Brasil e tem como objetivo identificar formas sustentáveis para viabilizar a propriedade rural brasileira considerando a árvore em seus sistemas propostos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere.

---

### **Ministra destaca importância do Bolsa Verde para conservação ambiental – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 20/11/2014**

*Tereza Campello participou de abertura de reunião do Conselho de Governança do Centro Rio+ e reafirmou importância da integração entre economia, agenda social e preservação do meio ambiente*

Brasília, 20 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, participou da abertura da I Reunião do Conselho de Governança do Centro Mundial para Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), no Palácio do Itamaraty, em Brasília. O organismo, lançado no ano passado, é responsável por criar projetos voltados a estabelecer uma "economia verde" no mundo, em prol do desenvolvimento sustentável.

Tereza Campello destacou os resultados do programa Bolsa Verde, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Por meio dele, 69,8 mil famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de conservação ambiental recebem, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 para garantir um correto manejo, que evite desmatamento e outros desgastes ao meio ambiente.

Segundo a ministra, é cada vez mais estratégico integrar economia, agenda social e preservação. “Há uma dedicação especial da nossa parte ao Bolsa Verde”, afirmou. “O objetivo é preservar as áreas protegidas e possibilitar rendas às pessoas que vivem dentro dessas localidades.”

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, reforçou de que a questão ambiental ultrapassa fronteiras. “É a agenda de um futuro que tem que ser vista, construída e que não virá sozinha”, disse. “É um futuro possível que começa a partir de uma construção de integração regional, no nosso caso. Daí a importância de que os êxitos de um país sejam aproveitados por todos.”

---

### **Incra/MA promove capacitação sobre o Cadastro Ambiental Rural – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/11/2014**

O serviço de Meio Ambiente da Superintendência Regional do Incra no Maranhão promoveu de 17 a 21 de novembro o curso de Introdução ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). O evento inclui na programação a abordagem da legislação sobre o CAR e capacitação para o uso do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR).

O instrutor do evento, Roberto Junior, analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário da Superintendência Regional do Incra do Rio Grande do Norte, explica que o curso contempla a participação de servidores do Incra, lotados no Incra/MA, em São Luís e nas unidades avançadas do Estado, além de profissionais das empresas que prestam serviço ao órgão.

Além de servidores do Incra, o rol de participantes do curso inclui técnicos das organizações que atuam no programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), além de profissionais vinculados ao Instituto de Colonização de Terras do Maranhão (Iterma) e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema).

O curso de Introdução ao CAR está sendo realizado no auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e tem o apoio da Embrapa Cocais e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Uma das atribuições institucionais do Incra é a inscrição dos assentamentos no CAR.

Em setembro, o assentamento Porco Morto - situado em Alto Alegre do Pindaré, cidade distante 351 km da capital São Luís -, foi o primeiro assentamento do Incra no



Maranhão a ter o seu registro no CAR. Hayla Siqueira, chefe do Serviço de Meio Ambiente da Superintendência do Incria no Maranhão, explica que este P. A foi escolhido como prioritário, por figurar na lista dos assentamentos maranhenses, detentores de maior necessidade de regularização ambiental.

#### CAR

Considerado um importante instrumento de gestão ambiental, o Cadastro Ambiental Rural é o registro público eletrônico de âmbito nacional, que deve ser obrigatoriamente realizado por todos os imóveis rurais. Através deste cadastro é possível integrar as informações ambientais dos imóveis rurais, o que facilita o monitoramento de qualquer ação nociva ao meio ambiente ocorrida nestes imóveis como o desmatamento, por exemplo.

O CAR foi instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal) e regulamentado pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, que criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), para integração das informações.

---

#### **Código Florestal: defesa do direito à terra ou privatização dos bens comuns? – Site do MST. 24/11/2014**

*As “falsas soluções” antes anunciadas por setores ruralistas e rentistas para “superação” da reforma agrária agora fazem propaganda de “oportunidades de negócio”.*

Por André Barreto e Pedro Martins\*

#### Da Terra de Direitos

Atualmente, está em curso uma corrida para a inclusão das florestas, campos, conhecimentos tradicionais e riquezas de nossa biodiversidade como mercadorias e títulos financeiros em Bolsa de Valores, sob a alegação que seria a única forma possível de manter a “floresta em pé”. Ou seja, o ônus da destruição dos territórios, expulsão dos/as camponeses/as, comunidades e povos tradicionais de suas terras, degradação da biodiversidade não seria do capitalismo selvagem, pelo contrário, ele seria a solução para esses problemas. Este processo é o que se chama hoje de “Financerização da natureza e dos bens comuns”.

É nesse contexto que há uma aproximação da questão agrária com a questão ambiental: as “falsas soluções” antes anunciadas por setores ruralistas e rentistas do capital financeiro para “superação” da reforma agrária agora fazem propaganda de “oportunidades de negócio” que supostamente conciliariam a proteção do meio ambiente com os negócios corporativos. Basta ver, neste primeiro semestre de 2014, a campanha de publicidade realizada pela Bolsa Verde do Rio de Janeiro nos estados do Pará e Mato Grosso para promoção do instrumento da Cota de Reserva Ambiental (CRA) e da realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – mais a frente voltamos a esses pontos.

Porém, essa aproximação entre o “ambiental” e o “agrário” também se reflete nas lutas sociais e populares, uma vez que no plano das estratégias e táticas dos movimentos



sociais do campo cada vez mais os temas ambientais permeiam as discussões e ações de defesa do direito à terra e ao território. É exemplar disso a decisão de várias organizações do campo (camponesas, sindicatos rurais e quilombolas) de assumir para si a realização do CAR em seus territórios. O que estaria por traz dessas decisões políticas? Por que é estratégico assumir um papel que em tese deveria ser do Estado?

Para se refletir sobre tais questões, é importante primeiro debater alguns desses termos acima falados. O Cadastro Ambiental Rural, o tão falado CAR, foi criado no Novo Código Florestal (Lei 12.651 de 2012) e é parte de um sistema de controle, proteção e recuperação das áreas florestais em imóveis rurais. Assim, ao ser um cadastro composto de informações ambientais e fundiárias de todos os imóveis rurais (propriedades e posses privadas e públicas, individuais e coletivas) do Brasil, ele tem a função principal de controlar o desmatamento e identificar as áreas que necessitam de recuperação de sua cobertura vegetal.

O meio burocrático adotado desse cadastro é o registro eletrônico nos órgãos públicos ambientais – Secretarias de meio ambiente e IBAMA, sendo obrigatório. As informações que devem constar nesse cadastro são: identificação do proprietário/posseiro; identificação do imóvel rural; perímetro do imóvel rural; áreas de interesse social e de utilidade pública; áreas com remanescentes de vegetação nativa; APP e área de Reserva Legal; áreas de uso restrito, áreas consolidadas.

E por que ele seria parte do que se falou antes como “falsa solução” ou estaria dentro dos instrumentos de manutenção da “floresta em pé” como oportunidade de negócio? Como já se diz: informação é poder... no caso aqui, poder econômico. Ao se ter um cadastro, ou seja, uma rede de informações e mapas constando todas as áreas de cobertura vegetal e florestal ainda existentes no país, cria-se para o mercado as informações necessárias para se ter a noção exata da demanda e oferta por títulos financeiros que sejam representativos dessas áreas para a compensação de outras já desmatadas – a Cota de Reserva Ambiental (CRA), acima falada, bem como outros instrumentos, a exemplo dos créditos de carbono e outros que se inserem no pacote que se chama Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Todos esses são mecanismos da “Financerização da natureza e dos bens comuns”, ou seja, tornam as áreas verdes em mercadorias a serem negociadas no mercado, as quais antes eram tidas como bens de uso comum do povo, e ocasionam a perda da soberania dos/as camponeses/as, povos e comunidades tradicionais sobre suas terras e territórios. Na prática, estes perdem os direitos sobre tais terras, tão essenciais para o acesso a outros direitos.

Mas e por que os movimentos sociais do campo estão encarando como importante realizar o CAR? Sob a mesma premissa de que “informação é poder”... neste caso, “poder popular” e pelas suas implicações agrárias. Ao ser o CAR obrigatório, como consta na Lei Florestal, ou seja, todos os possuidores e proprietários de imóveis rurais (particulares, coletivos, assentamentos) devem fazer para estar regulares na questão ambiental e fundiária. Sendo que, ao se constarem as informações ambientais mas também das formas de uso e manejo do território no sistema do Cadastro, este vem a ser um interessante instrumento para a oficialização e a visibilização dos conflitos agrários e socioambientais, das formas de uso coletivos e diferenciados dos territórios (mesmo aqueles ainda não regularizados), da ação dos grileiros e dos supostos proprietários

invasores dos territórios tradicionais e áreas de assentamento. Em grande parte, isso porque surgem as “sobreposições” das declarações e informações prestadas quanto aos territórios e imóveis rurais e permitem a caracterização de mais elementos para provar o conflito agrário e socioambiental, o que ajuda na sua mediação e resolução na tutela de tais direitos.

Assim, conclui-se com uma reflexão: “os momentos de crise e as contradições também são propícios para avançar na luta social e popular” – justo ai reside a contradição intrínseca ao Estado. Mecanismos importantes para o Estado burocraticamente controlar e realizar suas políticas e programas públicos, neste caso de recuperação e proteção de áreas ambientais, mas atrelados também ao processo do mercado de apropriação privada dos bens comuns e da natureza, podem também ser uma arma para contribuir na luta de afirmação e defesa de direitos. Tem-se porem que ter clareza das contradições presentes nestes mecanismos, para não se cair em “cantos da Sereia”. Contribuindo nas lutas populares, o Grupo Carta de Belém[1] vem lutando na crítica às “falsas soluções” e na construção de alternativas verdadeiramente populares para o campo e florestas.

*1 O Grupo Carta de Belém é formado por Amigos da Terra Brasil, CUT, FASE, FETRAF, FAOR, Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, INESC, Jubileu Sul Brasil, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Terra de Direitos e as organizações da Via Campesina Brasil – CIMI, MMC, MPA e MST.*

---

### **Soja sairá da lista de vetores do desmatamento. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/11/2014**

O governo federal, o setor produtivo e a sociedade civil estabeleceram, nesta terça-feira (25/11), agenda de transição da moratória da soja na Amazônia. Com isso, o pacto que proíbe o comércio do grão produzido em áreas desmatadas do bioma se estenderá até maio de 2016. Depois dessa data, os imóveis rurais do país já deverão estar em processo de regularização ambiental e, como consequência, a soja será cultivada em áreas legais, dentro dos limites da Lei Florestal.

O pacto foi assinado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, com o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Carlo Lovatelli, o diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes, e o estrategista sênior de Florestas do Greenpeace, Paulo Adario. Todos os três fazem parte do Grupo de Trabalho de Soja (GTS), que conta com representantes do governo, da indústria e da sociedade civil.

A agenda embarga o comércio da soja produzida em áreas da Floresta Amazônica desmatadas de maneira ilegal depois de julho de 2008. Agora, o pacto valerá pelos próximos 18 meses, prazo para conclusão do Cadastro Ambiental Rural (CAR). “O objetivo é que a moratória seja substituída pelo CAR, instrumento que vai mudar a gestão ambiental do país”, avaliou a ministra Izabella.

Dentro do prazo da agenda de transição da moratória, todas as propriedades rurais precisarão estar inscritas no sistema do governo federal e já terão definidas as áreas passíveis de recuperação ambiental e aquelas em que é permitido o plantio. “A agenda

de transição vai contemplar os produtores que estavam irregulares e se legalizarão depois de aderir ao CAR”, explicou Lovatelli, da Abiove.

#### *SAFRA*

O relatório do 7º Ano do Mapeamento e Monitoramento do Plantio de Soja no Bioma Amazônia, apresentado na cerimônia de assinatura do pacto, mostra que o cultivo do grão é responsável por apenas 0,9% do desmatamento acumulado na Amazônia. Na safra 2013-2014, foram identificados 47.028 hectares com produção de maneira irregular, um aumento de 61% em comparação aos 29.295 hectares verificados no período anterior.

As áreas em que a produção desrespeitou os limites legais não passarão impunes. De acordo com a ministra Izabella, as equipes de fiscalização já foram a campo e autuaram cerca de 70% dos polígonos que apresentam o cultivo irregular da soja. “O restante das áreas está em processo de fiscalização”, garantiu Izabella. “O CAR vai qualificar informações e auxiliar na avaliação dos resultados da moratória”, acrescentou.

A variação nos dados contabilizados pelo relatório decorre de mudanças no comércio exterior. “É uma consequência econômica do boom nos valores do período, o que gerou esse repique nos números”, classificou Paulo Adário. “Mas a nova agenda de transição será o tempo necessário até que comece a valer a governança do CAR.”

O mapeamento por satélite realizado na safra de 2013-2014 considerou 73 municípios em Mato Grosso, Pará e Rondônia. Os três estados concentram 98% da soja produzida na região amazônica. A produção total brasileira do grão ocupa 30,1 milhões de hectares do território nacional. Desse total, 3 milhões de hectares (10%) ficam nos limites da Amazônia Legal.

#### *SAIBA MAIS*

Confira os principais pontos da nova agenda da moratória da soja:

Impedir a comercialização e o financiamento de soja proveniente de áreas desmatadas da Amazônia depois de julho de 2008, além daquelas embargadas por desmatamento ou ligadas ao trabalho escravo

Sensibilizar produtores para aderirem ao CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA) e apoiar os governos federal e estaduais na implantação dos programas

Conciliar remuneração econômica adequada e melhores práticas agrícolas para cumprir as metas de redução do desmatamento e das emissões associadas de gases de efeito estufa

Articular incentivos aos produtores que adotarem programas consistentes de proteção das florestas existentes e realizarem ações de recomposição de áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal

---

## **"Somos Zumbi", dizem quilombolas do Marajó contra o agronegócio – Site do MST. 25/11/2014**

*A principal resistência a transformação pelo agronegócio está concentrada nas comunidades remanescentes de quilombos.*

Por Felipe Milanez

Da CartaCapital

Um ‘bom vizinho’ utiliza as instituições do Estado para benefício próprio em detrimento da destruição ecológica, dos bens comuns e do dinheiro público

O lado oriental do arquipélago do Marajó, aquele marcado pelo cerrado, campos naturais, onde o búfalo aprendeu a viver na Amazônia, está atravessando uma revolução conservadora e uma modernização autoritária e destruidora. Houve uma mudança brusca no padrão político e econômico, iniciada há poucos anos com a chegada de um plantador de arroz expulso de um território indígena em Roraima — junto dele, vem o agronegócio moderno para tomar o lugar de antigos pecuaristas.

Essa nova fórmula ruralista baseada na financeirização da produção, conectada com bolsas de commodities pelo mundo, movimentada por máquinas potentes, agrotóxicos violentos e portas abertas na burocracia estatal para seus interesses. A principal resistência a essa grande transformação na região, com desvio de rios, desmatamento e poluição tóxica, está concentrada nas comunidades remanescentes de quilombos.

O plantador de arroz recém-chegado é um gaúcho deputado federal por Roraima, Paulo Cesar Quartiero, que acaba de se eleger vice-governador nesse estado. Sabe como poucos abrir frentes de expansão em terras de populações tradicionais, provocar impactos ambientais que ultrapassaram R\$ 50 milhões em multas do Ibama em sua antiga sede, e sobretudo manejar as instituições do Estado a seu favor, com investimento e facilidades políticas.

Engana-se quem pensa que Quartiero chega com violência contra pessoas em um primeiro momento — a violência mais exposta ainda é contra o ambiente do qual dependem muitas comunidades. Quartiero chegou para ser o “bom vizinho”, uma ressignificação do atual modelo do agronegócio no Brasil do antigo “bom patrão”, aquele violento explorador da mão de obra que se utiliza do paternalismo para controlar o corpo e território alheio.

O “bom vizinho” que oferece trator, convida para uma festa, quiçá consegue algum trabalho para algum jovem da comunidade, pedindo licença para desviar o rio e jogar agrotóxico na água e no ar de quem vive a seu lado — e deslegitimar as lideranças comunitárias. “Bom vizinho” em Cachoeira do Arari, onde sua lavoura hoje estabelece os limites da cidade, rodeada por arroz, pelos canais de irrigação e pulverizada de agrotóxico. Com a ideologia do “progresso” que promete a melhoria de vida e emprego — mesmo que nada disso venha, já que até o momento não houve grande mobilização contrária no município, apenas esse tipo de alianças em desequilíbrio de posições.

O fazendeiro foi expulso da Raposa Serra do Sol, onde deixou um rastro de destruição e marcas de violência no corpo de indígenas macuxi e wapishana. Foi beneficiado com

um complexo arranjo político que inclui forças potentes no governo do Pará. Chegou de mansinho, sem acordar o Ministério Público que não percebeu as primeiras mudanças profundas no sistema ecológico do Marajó. Apenas depois de já ter 3 mil hectares de arroz plantado, um rio desviado, agrotóxico lançado pelas asas de avião e uma profunda transformação no entorno da cidade de Cachoeira do Arari, é que foram acontecer as primeiras audiências públicas sobre o “empreendimento”, que conta com farto financiamento público.

A grande resistência que veio a encontrar em Marajó foi justamente daquelas comunidades que há séculos resistem e lutam por emancipação: os remanescentes de quilombolas. São 18 comunidades ao todo nessa região do Marajó, cada uma experimentando um tipo de impacto diferente desse agronegócio, seja direto, como a construção de um porto dentro do território do Gurupá, seja com o agrotóxico que atinge Rosário, seja com a especulação da terra que chega a todos os territórios, como em Bacabal.

Nas últimas semanas, visitei diversas comunidades quilombolas para saber como percebem essa chegada de um novo desbravador. É fácil perceber em Marajó que algo mudou. Na balsa que me levou de Belém, conheci um gaúcho que estava vindo de Paragominas, no Pará, depois de uma longa trajetória de migração em fronteiras agropecuárias na Amazônia que inclui diversas cidades no Mato Grosso, como a potência sojeira atual de Sorriso. Havia comprado 500 hectares de terra de um americano, já tinha desmatado 150, previa desmatar o resto nos próximos anos, e a lavoura inicial seria de abacaxi e mandioca, para em seguida cultivar arroz. Não entendi a razão dessa linha evolutiva, mas talvez não estivesse à vontade para falar de seus interesses.

#### *Os “pretos bestas” hoje lutam por direito*

A primeira vítima da violência explícita e intimidadora do novo agronegócio foi Teodoro Lalor de Lima, liderança da comunidade Gurupá assassinado em março desse ano em crime ainda não esclarecido. Como é costume no interior do Pará, as investigações da polícia não foram muito longe e logo o crime foi classificado como passional. Na comunidade, porém, ninguém se convenceu do argumento e pediram novas investigações da polícia — que não foram feitas. No rio Caracará, que banha o quilombo e era utilizado por Lalor para ir da sede da comunidade até sua casa, foi construído um porto sem licença ambiental para o embarque do arroz de Quartiero.

Manoel Natividade Batista dos Santos, uma das lideranças da comunidade Gurupá, enumera três grandes impactos que atingem diretamente o território quilombola: o primeiro e mais grave é a contaminação por agrotóxicos, que polui as águas, mata os peixes e contamina todo o ecossistema; em seguida, o desvio do rio para a irrigação do plantio; terceiro, o porto no Caracará construído dentro do território e sem licença ambiental. “Há dez anos lutamos pela titulação, e em cinco dias ele conseguiu a licença ambiental dessa destruição toda. Se algum de nós vai ao Ibama para tirar licença para cortar um açaí, nos dão uma multa.”

Não é apenas Quartiero, mas os outros fazendeiros vizinhos, como Liberato Castro, que se opõe às titulações e tenta retirar a posse dos quilombolas de seu território.

Fazendeiros antigos que passaram a construir ali perto com a valorização das terras e o interesse em expandir suas áreas. Natividade conta que, uma vez, esse fazendeiro disse para um candidato na região — e sua filha é prefeita em Ponta de Pedras — que nunca conseguiria votos lá nos “pretos bestas”. A comunidade rebelde do Gurupá era conhecida na região como “o lugar dos pretos bestas”. “Hoje os ‘pretos bestas’ do Gurupá estão reivindicando seus direitos”.

Na comunidade Rosário, Elieide Quilombola explica como a fórmula do “bom vizinho”, articulada por Quartiero junto da inoperância do Estado em promover a titulação e reconhecer os direitos, tem agido para minar o respeito às lideranças comunitárias. O “bom vizinho” — pois os novos capitalistas da região não querem ser “patrões”, apenas expropriar territórios — é uma estratégia de deslegitimar lideranças: “Oferecem necessidades imediatas, como emprestar um trator, um emprego, convidam para a festa, e tentam deslegitimar as lideranças que lutam pelo coletivo dizendo que só viajam”. “Quem tem dinheiro não se preocupa com quem está ao lado, ou se amanhã vai faltar para o próximo, se preocupa apenas com o crédito no banco.”

Nada disso faz ela abaixar a cabeça: “Nós somos Zumbi”.

Haroldo Júnior vive no quilombo Bacabal, a única comunidade que recebeu o documento RTID do INCRA, próxima a Salvaterra. É uma liderança de destaque, conhecedora da história de resistência e das articulações atuais. Tendo experimentado o cargo de Secretário da Cultura de Salvaterra, logo preferiu voltar aos movimentos sociais: “Sou melhor para a comunidade do lado de fora, política não é só governo”.

Escreveu um belo texto sobre o pau da visagem, uma árvore que ficava na Estrada da Nação — como chamavam o caminho na mata que levava até outras comunidades — atrás da qual se escondiam visagens. As visagens amedrontavam todos na comunidade e ninguém passava por lá depois das seis da tarde — mas também servia para afugentar invasores e proteger o quilombo dos brancos escravagistas.

“Aqui sempre existiu conflito: é o negro tentando se libertar”, reflete Haroldo. Em sua análise, ele percebe que os brancos ricos do Marajó se aliaram a Quartiero. Os fazendeiros que detém terras — mesmo sem títulos de propriedade — querem se regularizar para vender para a especulação. “Eles estão organizados, são um grupo de pessoas, não são sócios, mas se aliam”, ele diz. “E o Quartiero patrocinou quase todos os candidatos da região nas eleições.” Não é só o Friboi — maior financiador de campanhas do País — que sabe como articular o lobby ruralista nas eleições...

Os quilombolas do Marajó não estão solitários nessa luta de resistência, luta em defesa da sobrevivência cultural de suas comunidades e do ambiente do qual dependem para viver. Contam com vários aliados, como a organização Malungo, de remanescentes de quilombos no Pará, a organização Peabiru e o engajado apoio do ambientalista João Meirelles Filho, do Ministério Público Federal e Estadual, com dedicados procuradores sensíveis à causa, com apoio do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, e com os antropólogos contratados há poucos anos pelo INCRA para trabalhar especificamente com a titulação das terras quilombolas — e que hoje formam um quilombo de resistência dentro do próprio INCRA para que o órgão cumpra suas atribuições legais de reconhecer os territórios.



Dar visibilidade a esse conflito que guerreiros Zumbi no Marajó enfrentam — belíssimo arquipélago de um ecossistema natural e cultural extraordinário — pode ajudar para que tenham ainda mais aliados pelo País. Outros Zumbi. Zumbis que ajudem a enfrentar inimigos que utilizam as instituições do Estado para benefício próprio em detrimento da destruição ecológica, dos bens comuns e do dinheiro público.

---

### **Ambientalistas realçam melhorias na moratória. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 26/11/2014**

Os ambientalistas celebraram o acordo conseguido na "Moratória da Soja". "Estamos felizes com o acordo, que foio resultado de um processo delicado de negociação", afirma Jean-François Timmers, superintendente de políticas públicas do WWF. Ele destacou duas novidades importantes na nova edição do pacto: a entrada de novos atores ea possibilidade de a moratória proporcionar uma implementação mais qualificada do Código Florestal.

"O MMA [Ministério do Meio ambiente] é um ator importante e agora a moratória abrange 90% dos produtores desoja", diz Timmers, que destaca também a entrada de consumidores como McDonald's e Carrefour no pacto pelapreservação da Amazônia. "Essas empresas entraram na moratória porque também querem garantir que a sojaque estão comprando não causa desmatamento. Isso marca uma evolução no agronegócio e um compromisso eresponsabilidade maiores dos grandes atores das cadeias produtivas."

Paulo Adario, estrategista sênior de florestas do Greenpeace Internacional e um dos articuladores da moratóriadesde o seu início, assinala o quanto o esforço é eficaz. Segundo ele, de 2006 (quando o pacto foi iniciado) até2013, o acumulado no desmatamento na Amazônia Legal somou 5 milhões de hectares. Do total, 1 milhão foidesmatado nos 73 municípios que produzem soja nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia e, disso, apenas47 mil hectares eram área onde havia soja.

"Há duas possibilidades para isso ter ocorrido", diz Adario, destacando que o percentual é pequeno. "Oudesmataram para colocar pecuária ou pensaram em plantar soja, mas não o fizeram porque a moratória não deixaria que fosse vendida para os traders". Ele sinaliza que, embora o desrespeito à moratória tenha crescido, em números absolutos o total é pequeno.

O acordo acertado prolonga o pacto até maio de 2016 e ajusta a data inicial com o que está previsto no Código Florestal. Antes considerava-se 2006, mas agora a data de base é 2008 - ou seja, as empresas assumiram o compromisso de não comprar soja de áreas desmatadas depois de junho de 2008.

Timmers diz que o pacto, que antes tinha por enfoque uma "pressão de mercado com o compromisso e fiscalização efetiva que a soja não desmatava a Amazônia, agora está evoluindo para algo mais pró-ativo". Ele se refere a o compromisso de se trabalharem melhores práticas agrícolas e se implementar, de forma mais qualificada, a lei florestal.

---



## **Desmatamento cai 18% na Amazônia. Lucas Tolentino e Paulenir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 26/11/2014**

A segunda menor taxa de desmatamento desde 1988 foi divulgada nesta quarta-feira (26/11) pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em Brasília. Entre agosto de 2013 e julho deste ano, foram desmatados 4.848 Km<sup>2</sup> do bioma, o que representa uma queda de 18 % em comparação aos 5.891 km<sup>2</sup> registrados no período anterior.

Os números se referem ao Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). “Os últimos cinco anos registram as cinco menores taxas de desmatamento da Amazônia”, declarou Izabella.

As taxas divulgadas são estimadas com base na análise das fotos dos satélites Landsat e CBRS e cobrem áreas de até 6,25 hectares. Os números serão consolidados até o primeiro semestre de 2015 e submetidos a auditoria externa pelo governo brasileiro. Comparada à série histórica, que vem desde 1988, os números representam uma queda de 83% no desmatamento e a retomada de uma tendência de redução.

### *ESTADOS*

Os índices caíram na maioria dos estados que compõem a Amazônia Legal. Historicamente marcado por elevadas taxas de supressão da vegetação, o Pará apresentou queda de 22% no desmatamento, quando comparados os 1829 km<sup>2</sup> atuais com os 2346 km<sup>2</sup> verificados no período anterior. A taxa mais expressiva ocorreu no Maranhão, com redução de 39%. Houve aumento somente em Roraima (37%) e Acre (41%).

Para Izabella, a queda decorre de fatores como o trabalho das equipes de fiscalização e a força-tarefa para a regularização ambiental dos imóveis rurais brasileiros, nos moldes da nova Lei Florestal. “Os números podem indicar, ainda, que muitas pessoas que apostavam na ilegalidade preferiram se regularizar a partir da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)”, analisou Izabella.

### *CLIMA*

Os novos números colocam o País mais próximo do cumprimento da meta voluntária estabelecida pela Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada pelo Congresso Nacional, que é de 36% a 39% projetadas para 2020. “Todo o trabalho da agenda de clima do Brasil está sendo feito”, destacou a ministra.

Na próxima semana, começa em Lima, no Peru, a 20ª Conferência das Partes (COP 20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), onde representantes de mais de 190 países discutirão novas metas de redução dos gases de efeito estufa. “O Brasil tem condições para reafirmar a posição política de clima perante a comunidade internacional”, acrescentou Izabella.

---

## **Brasil propõe diferenciar países no combate ao efeito estufa. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/11/2014**

*Proposta nacional que será apresentada às Nações Unidas cria metas distintas e obrigatórias de redução de gases nos países desenvolvidos e em desenvolvimento*

O governo brasileiro defenderá a responsabilidade diferenciada da comunidade internacional no corte de emissões de gases de efeito estufa.

A proposta começará a ser negociada a partir da próxima segunda-feira (27/11), quando começará em Lima, capital do Peru, a 20ª Conferência das Partes (COP 20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), com a participação de representantes de 195 países.

Se aprovada, a medida estabelecerá metas distintas de redução de gases para os países desenvolvidos, que integram o chamado Anexo 1, e os países em desenvolvimento. “É uma proposta inovadora de convergência concêntrica capaz de acolher todos os países com metas específicas e obrigatórias”, afirmou, em cerimônia na última quarta-feira (27/11), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que presidirá a delegação brasileira na COP 20.

As negociações de Lima devem preparar o rascunho para o novo acordo climático, que será fechado pela comunidade internacional em Paris, no fim de 2015. Esse novo pacto global, no entanto, começará a valer a partir de 2020. “O objetivo é ampliar a ambição para que os países possam contribuir de forma decisiva para conter o aumento da temperatura global”, afirmou o subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, em entrevista coletiva realizada nesta quinta-feira (27/11).

### **TRANSIÇÃO**

O período de transição para o novo acordo climático, compreendido entre 2015 e 2020, também estará no centro das negociações encabeçadas pela delegação brasileira. De acordo com Marcondes, o país defenderá o fomento à cooperação internacional no combate ao aquecimento global durante esses cinco anos, até o novo pacto começar a vigorar.

Além das metas de mitigação, o futuro protocolo deverá englobar medidas de adaptação às mudanças do clima. “A interpretação é a de que essa é uma forma de fortalecer o regime geral de clima”, afirmou o diretor de Meio Ambiente do MRE, ministro José Raphael de Azeredo. “Os países demonstram ter consciência de que ações prévias têm mais efeito que ações tardias”, acrescentou Marcondes.

### **SAIBA MAIS**

Apesar de ser considerado um fenômeno natural, o efeito estufa tem sido intensificado nas últimas décadas acarretando mudanças climáticas. Essas mudanças decorrem do aumento descontrolado das emissões de gases de efeito estufa, entre eles o dióxido de carbono e o metano. A emissão desses gases na atmosfera ocorre por conta de diversas

atividades humanas, entre elas o transporte, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e consumo de energia.

---

### **Moratória da soja não impede aumento do desmatamento na Amazônia. Nivaldo Souza – O Estado de São Paulo, Economia. 28/11/2014**

Cultivo do grão agora ocupa 47.028 hectares, avanço de 61% ante os 29.295 registrados em 2012, mesmo como pacto entre governo e empresas para coibir a compra da soja cultivada irregularmente. Apesar do pacto entre governo e empresas para coibir a compra da soja cultivada irregularmente, o desmatamento da Amazônia causado pela expansão da oleaginosa voltou a crescer em 2013. O cultivo do grão agora ocupa 47.028 hectares na área da moratória da soja, avanço de 61% ante os 29.295 hectares registrados em 2012.

Os números fazem parte do 7º Mapeamento e Monitoramento do Plantio de Soja no Bioma Amazônia, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e considera o acompanhamento de plantio de soja em 73 municípios do Mato Grosso, Pará e Rondônia. O desmatamento causado por todas as culturas plantadas na Amazônia cresceu 36,4% entre 2012 e 2013, de 319.350 para 435.658.

Segundo o ministério, o crescimento da soja sobre áreas preservadas da Amazônia inverte tendência da queda do desmatamento registrada desde a criação da moratória da soja, em 2006. A moratória, assinada pela Associação Brasileira das Indústrias dos Óleos Vegetais (Abiove) e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), em parceria com entidades ambientalistas e com o ministério, prevê que essas entidades se comprometem a não comercializar e nem financiar o cultivo da oleaginosa produzida no bioma Amazônia.

Conforme o diretor da consultoria Agrosatélite, Bernardo Rudorff, dos 73 municípios, apenas 22 plantaram soja dentro da área definida pela moratória.

O diretor do Greenpeace Brasil, Paulo Adário, afirmou que o crescimento ocorreu em função do aumento do preço da soja no mercado internacional. "Houve um grande aumento da área plantada com a soja em desacordo com a moratória. Isso tem uma explicação muito clara: houve um boom do preço da soja e isso levou os produtores a arriscar", disse.

O presidente da Abiove, Carlo Lovatelli, recusou o argumento, afirmando que "a soja não é um driver importante no desmatamento da Amazônia".

CAR. Apenas 10% das propriedades rurais do País estão inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), novo sistema de controle do governo federal para evitar desmatamentos. De acordo com o MMA, o CAR alcança, até o momento, 50,9 milhões de hectares.

O número está abaixo do esperado, segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. "Devíamos entrar hoje com 132 milhões de hectares na base do CAR", disse. Segundo ela, os Estados estão adaptando seus sistemas para integrá-los ao do governo federal.

---

## **Pecuária, soja e mineração são os grandes vilões da Amazônia, diz estudo – Site do MST. 28/11/2014**

*O estudo revelou que 60% da área desmatada na região foi convertida em pasto, um total de 450,8 mil quilômetros quadrados, 7,5% se tornou área de mineração 5,6% soja.*

Por Catarina Alencastro

Do O Globo

Um estudo envolvendo três ministérios sobre o que está acontecendo com a floresta amazônica revelou que até 2012, 60% da área desmatada na região foi convertida em pasto, um total de 450,8 mil quilômetros quadrados. Outros 23% vêm sendo regenerados, ou seja: terras desmatadas em processo de reconversão em floresta. E 5,6% dos desmatamentos viraram culturas agrícolas, principalmente soja. Ao todo, 18,5% da Amazônia já foram desmatados, uma área de 751.340 quilômetros quadrados.

De 2008 a 2012 o total de áreas desmatadas em processo de regeneração superou em duas vezes e meia o total desmatado no período, 113 mil km<sup>2</sup> contra 44 mil km<sup>2</sup>. Os resultados foram obtidos pelo levantamento Terra Class, que mapeia com imagens de satélites todos os nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão).

"Tem três grandes resultados: uma redução da pressão da agricultura sobre a floresta nativa. Fica claro que das áreas desmatadas, a pastagem está transferindo área para a agricultura. Segunda mensagem preciosa é que 23% da área desmatada da Amazônia está em regeneração. A floresta está crescendo. E finalmente o fato de a área em regeneração ser 2,5 vezes maior do que a área desmatada nesse período", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

"Estou muito satisfeito com os resultados apresentados aqui", emendou o ministro da Ciência e Tecnologia, Clélio Campolina.

O estudo mostra que 78,6% da Amazônia continuam preservados, cerca de 4 milhões de Km<sup>2</sup>. No levantamento, foram identificadas 12 categorias de paisagens transformadas com o desflorestamento na região.

A maior parte do território desmatado, 46%, virou campo limpo, ou seja: pastagens em atividade. Por conta da presença de nuvens, 9% do território analisado não pode ser observado.

De 2008 a 2012 as paisagens que mais aumentaram foram a mineração, 7,5%, e a área urbana, 6,9%. O levantamento é feito em parceria entre Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Agricultura. O estudo descarta as áreas de cerrado dentro do território da Amazônia Legal.

Ainda hoje também serão divulgados os dados do desmatamento deste ano, monitorado pelo sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). No ano passado, o desmatamento aumentou 29% em relação ao ano anterior

## **É o sistema econômico que deve mudar, não o clima – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 29/11/2014**

*A saída para a crise ecológica surgirá da organização dos povos: a luta por um mundo sem devastação deve ligar-se à luta por uma sociedade sem exploração*

A crise climática iminente com que hoje somos confrontados é uma grave ameaça à preservação da vida no planeta. Muitos trabalhos acadêmicos e políticos confirmaram a fragilidade da vida na terra ante a mudança de temperatura. Basta uns poucos graus para que seja causada - e já está a ser causada - uma catástrofe climática com consequências incalculáveis. O derretimento do gelo, a contaminação da atmosfera, a subida dos níveis de água do mar, a desertificação e a intensidade crescente dos fenômenos meteorológicos são todos a prova disso.

Agora é importante perguntarmos-nos quem e o que está a por detrás destas alterações do clima. Precisamos com urgência de desmascarar as respostas abstratas, que procuram culpar toda a humanidade. Essas respostas abstratas desligam a situação atual das dinâmicas históricas que emergiram da industrialização assente nos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás), que provoca aquecimento global, e a lógica do capitalismo, que assenta na apropriação privada da riqueza e na conquista do lucro. O lucro à custa da exploração social e da devastação ecológica: estas são duas caras do mesmo sistema, que é o culpado da catástrofe climática.

Neste panorama, a Conferência das Partes (COP), organizada por vários governos e financiada pelas grandes empresas, confirma a responsabilidades do capitalismo pela crise climática, promovendo acontecimentos vazios sem quaisquer resoluções eficazes ou capazes de resolver o problema. De fato, estamos a andar para trás, um recuo bem expresso nos ridículos “fundos verdes” que lucram abertamente com a poluição. Infelizmente, esta dinâmica é aprofundada através das atitudes apoiadas por muitos governos - facilitando a poluição e colocando os lucros das empresas acima do bem-estar das pessoas. Isto pode ser visto mais claramente nos países do Sul, e é por isso fundamental entender que a dinâmica deste sistema tende a atirar o fardo da crise ecológica global para cima dos ombros dos oprimidos e explorados da terra.

É vital sublinharmos a importância das diversas lutas sociais e ecológicas por todo o mundo, que propõem parar as alterações climáticas e a crise ecológica através da lógica da solidariedade. É importante ter em conta que muitos destes processos são lançados e liderados por mulheres. Sem dúvida, o cenário da América Latina serve de exemplo a esta mistura de resistência, auto-organização e processos de transformação, baseados em projetos que podem unir novas propostas e cosmovisões ancestrais. Podemos encontrar um exemplo nas lutas corajosas dos povos indígenas e camponeses do Peru, em especial a sua resistência ao megaprojeto mineiro Conga. Também é útil focar a nossa atenção na experiência do Parque Yasuni, que foi iniciativa dos movimentos indígenas e ecologistas para proteger uma grande região da floresta amazônica da exploração petrolífera, em troca de pagamentos dos países ricos ao povo equatoriano. O governo de Rafael Correa aceitou a proposta há vários anos, mas decidiu recentemente abrir o parque às multinacionais do petróleo, provocando enormes protestos. Outro caso é o dos

projetos de desenvolvimento que o governo brasileiro tem procurado implementar, e que ameaçam destruir uma boa parte da Amazônia.

Deste ponto de vista, há muito pouca esperança na COP20 no próximo mês de dezembro em Lima, Peru. Se há alguma porta de saída para as alterações climáticas e a crise ecológica global, ela irá surgir do poder da luta e da organização dos povos explorados e oprimidos, tendo em consideração que a luta por um mundo sem devastação ecológica deve ligar-se à luta por uma sociedade sem opressão ou exploração. Esta mudança deve começar agora, juntando as lutas singulares, os esforços diários, os processos de auto-organização e as reformas para retardar a crise, com uma visão centrada numa mudança de civilização; uma nova sociedade em harmonia com a natureza. Esta é a proposta central do ecosocialismo, uma alternativa à nossa atual catástrofe ecológica.

Mude-se o sistema, não o clima!

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa